REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

RECONFIGURAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: INFLUÊNCIA DAS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO, DA EXCLUSÃO DIGITAL E DAS NOVAS FORMAS DE ESTRATIFICAÇÃO SOBRE A MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL

RECONFIGURATION OF SOCIAL INEQUALITIES IN CONTEMPORARY SOCIETY: THE INFLUENCE OF TRANSFORMATIONS IN WORK, DIGITAL EXCLUSION AND NEW FORMS OF STRATIFICATION ON SOCIAL MOBILITY IN BRAZIL

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 28/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/795730285

Gabriel Antonio Ogaya Joerke[1]

RESUMO

O artigo examina a reconfiguração das desigualdades sociais no Brasil contemporâneo, com ênfase nas articulações entre transformações do trabalho, exclusão digital, estratificação e mobilidade social. Desenvolve-se uma revisão sistematizada qualitativa com síntese narrativa de obras sociológicas, estudos acadêmicos e documentos institucionais, sem alegação de busca exaustiva ou de contagens PRISMA não auditáveis. A análise aproxima contribuições da sociologia da estratificação, da economia do trabalho e dos estudos sobre desigualdade digital de indicadores produzidos pelo IBGE, pelo CGI.br/NIC.br e por organismos internacionais. Argumenta-se que a ampliação da conectividade e as mudanças recentes de rendimentos não devem ser confundidas com igualdade de oportunidades ou ascensão intergeracional sustentada. A segmentação ocupacional, a distribuição desigual de capitais, a qualidade heterogênea do acesso à internet e a assimetria na apropriação de tecnologias interagem com barreiras de classe, território, raça e gênero. A literatura indica tanto oportunidades de ampliação de acesso a mercados, educação e informação quanto riscos de precarização, seleção algorítmica e reprodução das vantagens de origem. Conclui-se que a mobilidade social deve ser avaliada por medidas multidimensionais e trajetórias de longo prazo, articulando proteção social, trabalho decente, educação, conectividade significativa e políticas de redução das desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Desigualdades sociais; Mobilidade social; Transformações do trabalho; Exclusão digital; Estratificação social.

ABSTRACT

This article examines the reconfiguration of social inequalities in contemporary Brazil, focusing on the connections between

transformations in work, digital exclusion, stratification, and social mobility. It develops a qualitative systematized literature review with narrative synthesis, drawing on sociological scholarship, academic studies, and institutional publications, without claiming an exhaustive search or unaudited PRISMA counts. Perspectives from stratification sociology, labour economics, and digital inequality studies are discussed alongside indicators produced by Brazilian statistical institutions and international organizations. The analysis argues that wider connectivity and short-term income improvements cannot be equated with equal opportunities or sustained intergenerational upward mobility. Occupational segmentation, unequal access to economic and cultural resources, differences in the quality of internet use, and asymmetries in the appropriation of technology interact with barriers related to class, territory, race, and gender. The literature points both to opportunities for broader access to education, information, and markets and to risks of labour precariousness, algorithmic selection, and the reproduction of inherited advantages. The article concludes that social mobility requires multidimensional measurement and long-term analysis, together with coordinated policies for decent work, social protection, education, meaningful connectivity, and the reduction of structural inequalities.
Keywords: Social inequality; Social mobility; Labour transformations; Digital exclusion; Social stratification.

1. INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais constituem um traço persistente da formação histórica brasileira e, simultaneamente, um fenômeno sujeito a mudanças nas formas concretas de produção, legitimação e reprodução. A distribuição desigual de renda, patrimônio,

escolarização, oportunidades ocupacionais e acesso a serviços não resulta de um único mecanismo, mas de relações acumulativas entre instituições econômicas, hierarquias sociais e trajetórias familiares. Na sociedade contemporânea, a digitalização das atividades cotidianas e a transformação das relações de trabalho acrescentam novas mediações a esse quadro, tornando insuficiente analisar posições sociais somente por indicadores monetários. A possibilidade de estudar, buscar emprego, contratar serviços, trabalhar e participar de redes profissionais depende crescentemente de infraestruturas informacionais, dispositivos, habilidades e condições de uso que são socialmente desiguais. Ao mesmo tempo, a expansão do trabalho mediado por aplicativos e de formas flexíveis de ocupação amplia oportunidades para determinados grupos, mas pode transferir riscos econômicos e custos operacionais aos trabalhadores. O problema central é compreender como mudanças aparentemente modernizadoras convivem com estruturas persistentes de classe, origem familiar, território e discriminação, sem pressupor que toda inovação produz necessariamente mobilidade ascendente ou aprofundamento da exclusão.

A análise da mobilidade social exige distinguir deslocamentos entre posições ocupacionais, variações de renda ao longo da vida, mudanças entre gerações e alterações gerais na estrutura de empregos disponível. Uma pessoa pode experimentar aumento de rendimento sem alcançar posição ocupacional distinta, assim como a expansão de ocupações mais qualificadas pode produzir mobilidade estrutural mesmo quando permanecem elevadas as vantagens relativas dos indivíduos de origem favorecida. Essa diferenciação é central para interpretar resultados brasileiros, porque indicadores anuais de renda e emprego descrevem conjunturas

importantes, mas não demonstram, isoladamente, a igualdade das chances de chegar a posições valorizadas. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ressalta, em sua discussão sobre o elevador social, que obstáculos persistentes à mobilidade podem coexistir com crescimento econômico e transformações educacionais (OCDE, 2018). No caso brasileiro, o suplemento de mobilidade socio-ocupacional da PNAD 2014 fornece informações sobre origens familiares e trajetórias ocupacionais, mas sua temporalidade e seu desenho não autorizam utilizá-lo como retrato direto das oportunidades de 2026 (IBGE, 2017). Portanto, a avaliação precisa articular fontes distintas sem confundir seus períodos e objetos.

Na dimensão laboral, automação, informatização, terceirização, gestão por resultados e intermediação digital reorganizam tarefas, vínculos e possibilidades de progressão. Autor (2015) demonstra que a tecnologia não opera como simples mecanismo uniforme de substituição de seres humanos por máquinas, pois pode automatizar atividades específicas e complementar outras, alterando a composição da demanda por competências. Essa abordagem recomenda observar ocupações, tarefas e instituições em vez de declarar o desaparecimento inevitável do trabalho. A incorporação de ferramentas digitais cria exigências de qualificação que variam consideravelmente segundo setor econômico e região, e seu impacto distributivo depende também da negociação salarial, das formas de contratação, da proteção social e da capacidade de trabalhadores se apropriarem de ganhos de produtividade. É nesse terreno que as desigualdades de origem ganham relevância renovada: o acesso a boas escolas, equipamentos, redes de relacionamento e tempo para aprendizagem pode converter uma inovação em vantagem acumulada, enquanto a ausência dessas

condições transforma a mesma mudança em barreira adicional. Desse modo, a relação entre tecnologia e desigualdade é mediada por estruturas sociais e políticas, não definida pelo dispositivo tecnológico em si.

A exclusão digital constitui outra dimensão decisiva do problema, embora sua interpretação não possa se limitar à distinção binária entre possuir e não possuir internet. A pesquisa TIC Domicílios, conduzida pelo CGI.br e pelo NIC.br, discute acesso, equipamentos e condições de uso, enquanto a PNAD Contínua utiliza desenho e critérios próprios para acompanhar a presença da internet nos domicílios e seu uso pelas pessoas (CGI.br, 2025; IBGE, 2025a). A coexistência de percentuais distintos, obtidos por diferentes pesquisas, não deve ser tratada como contradição automática: cada resultado precisa ser lido segundo seu universo, período de referência e definição operacional. Van Dijk (2020) sustenta que as desigualdades digitais incluem motivações, acesso material, habilidades e usos, contribuindo para a compreensão de por que estar conectado não equivale a dispor de iguais condições para estudar, trabalhar ou obter serviços. A exclusão assume, assim, formas relativas e graduais, associadas à estabilidade da conexão, ao compartilhamento de dispositivos, à autonomia de navegação e à capacidade de transformar recursos informacionais em benefícios concretos.

O interesse científico do tema decorre precisamente da insuficiência de abordagens que examinam separadamente a precarização laboral, a inclusão digital ou a distribuição de renda. Quando esses processos são isolados, perde-se a possibilidade de identificar mecanismos de reforço recíproco: vínculos instáveis reduzem capacidade de investimento em formação e conectividade, barreiras

digitais restringem o acesso a melhores vagas, e a origem familiar influencia os recursos disponíveis para atravessar transições ocupacionais. O referencial dos capitais de Bourdieu (1986) torna inteligível como recursos econômicos, culturais e sociais podem ser convertidos uns nos outros, ao passo que Wright (2015) permite situar essas diferenças em relações mais amplas de classe e poder econômico. Nenhuma das duas abordagens substitui dados empíricos sobre o Brasil atual, mas ambas ajudam a formular hipóteses interpretativas rigorosas. A lacuna examinada não consiste na inexistência de pesquisas sobre desigualdade, amplamente consolidadas, e sim na necessidade de uma síntese analítica que conecte suas dimensões tradicionais aos mecanismos sociotécnicos recentes, preservando diferenças entre evidências estatísticas, explicações causais e argumentos conceituais.

A questão norteadora do artigo é: em que condições as transformações do trabalho e as desigualdades digitais contribuem para reconfigurar as formas de estratificação e as oportunidades de mobilidade social no Brasil contemporâneo? O objetivo geral é analisar criticamente as relações entre organização ocupacional, acesso e apropriação de tecnologias, recursos de origem e trajetórias de mobilidade, a partir de literatura selecionada e dados institucionais verificáveis. Integrados a esse propósito, os objetivos específicos são esclarecer conceitos de estratificação e mobilidade; diferenciar conectividade de inclusão digital significativa; examinar efeitos possíveis e limites das plataformas e da automação; confrontar leituras sobre rendimentos conjunturais e reprodução intergeracional; e identificar implicações para políticas de educação, trabalho e proteção social. A escolha de revisão sistematizada qualitativa com síntese narrativa decorre da intenção de organizar criticamente contribuições heterogêneas, e não de produzir

metanálise estatística ou estimativa causal própria. A delimitação reconhece a diversidade territorial e social do Brasil, cuja experiência não pode ser representada por uma trajetória homogênea ou por um mecanismo explicativo único.

2. METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como revisão sistematizada qualitativa da literatura, com síntese narrativa de textos acadêmicos e documentos institucionais. A escolha dessa denominação explicita que a investigação realizou seleção dirigida, leitura comparativa e organização temática de fontes pertinentes, mas não executou uma busca bibliográfica exaustiva com protocolo previamente registrado, dupla triagem independente, extração padronizada integral e rastreabilidade quantitativa de todos os registros. Consequentemente, não são apresentados fluxograma PRISMA, números de artigos identificados, excluídos ou incluídos, nem avaliações agregadas de risco de viés que não tenham sido efetivamente produzidas. As recomendações de Page *et al.* (2021) informam o cuidado com transparência e limites de relato, sem constituir justificativa para qualificar indevidamente o presente texto como revisão sistemática nos moldes de uma síntese de evidências com protocolo auditável. Essa distinção é fundamental porque uma revisão narrativa criticamente estruturada pode apresentar contribuição teórica substantiva, desde que não simule controles metodológicos inexistentes. A estratégia privilegia a coerência do problema, a verificação bibliográfica e a comparação de perspectivas, mantendo explícita a impossibilidade de calcular representatividade da produção científica a partir do corpus selecionado.

A identificação das fontes contemplou consulta dirigida a portais institucionais e páginas de publicações acadêmicas disponíveis publicamente, incluindo o portal do IBGE, documentos da PNAD Contínua e da Síntese de Indicadores Sociais, o material TIC Domicílios do CGI.br/NIC.br, publicações da OCDE e da Organização Internacional do Trabalho, além de registros editoriais e periódicos científicos. Como expressões de busca e eixos de leitura foram utilizados, em português e inglês, termos relacionados a desigualdade social, estratificação, mobilidade intergeracional, trabalho em plataformas, automação de tarefas, exclusão digital, digital divide e competências digitais. Não se registrou exportação integral de resultados de bases como Scopus ou Web of Science, de modo que não seria legítimo atribuir a essas bases uma coleta sistemática não documentada. A inclusão foi orientada por pertinência direta à questão norteadora, consistência conceitual, possibilidade de verificação da publicação e utilidade para contextualizar a realidade brasileira. Foram evitadas fontes opinativas sem base explícita e afirmações quantitativas cuja população, ano ou definição não pudessem ser identificados. Essa seleção intencional não impede vieses de cobertura, o que é reconhecido como limitação do estudo.

As obras conceituais foram mobilizadas para definir mecanismos e construir relações interpretativas, não para fornecer porcentagens brasileiras que não investigaram. Os indicadores oficiais foram tratados como evidência descritiva contextualizada, respeitando suas diferentes unidades de observação: pessoas, domicílios, vínculos de trabalho, ocupações ou trajetórias familiares. Em particular, os dados de acesso à internet e de rendimentos não foram combinados para estimar correlações individuais inexistentes na presente pesquisa, e os resultados de mobilidade de

levantamentos anteriores não foram extrapolados para grupos nascidos ou ingressantes no mercado de trabalho em anos recentes. A análise narrativa foi organizada por matrizes temáticas que articulam estratificação e capitais; mudanças ocupacionais e proteção; exclusão digital multidimensional; mobilidade intrageracional e intergeracional; e possibilidades de políticas públicas. Convergências foram reconhecidas quando diferentes fontes apontam mecanismos compatíveis, enquanto divergências foram discutidas segundo diferenças de definição, desenho e escala. O texto não realiza entrevista, observação, pesquisa com trabalhadores ou reprocessamento de microdados, de modo que suas inferências permanecem secundárias e analíticas.

Um cuidado adicional consistiu em separar condições estruturais, associações documentadas e relações causais propriamente demonstradas. O fato de grupos de menor renda apresentarem condições digitais mais limitadas, por exemplo, é compatível com o argumento de reprodução de oportunidades desiguais, mas não basta para atribuir toda diferença de mobilidade à internet. De forma semelhante, a presença de trabalhadores em plataformas não comprova, sozinha, precarização em qualquer indicador, pois é preciso considerar rendimentos líquidos, jornadas, proteção, autonomia efetiva e alternativas disponíveis. A comparabilidade temporal foi preservada mediante referência aos anos de divulgação e às pesquisas utilizadas, evitando apresentar informações produzidas em momentos distintos como série contínua uniforme. Também foram consideradas as diferenças entre inferência normativa, voltada ao desenho desejável de políticas, e descrição estatística, voltada a caracterizar fenômenos observados. A síntese é, portanto, uma interpretação fundamentada e passível de contestação, não um inventário exaustivo nem uma mensuração

original dos efeitos da digitalização sobre a mobilidade social brasileira.

3. REFERENCIAL TEÓRICO: ESTRATIFICAÇÃO, CAPITAIS E MOBILIDADE

Estratificação social designa a organização desigual de posições, recursos e oportunidades em hierarquias relativamente duráveis. Sua análise ultrapassa o ordenamento dos indivíduos segundo renda mensal, pois envolve acesso a patrimônio, autoridade organizacional, condições de trabalho, prestígio, qualificação e capacidade de transmitir vantagens a descendentes. Wright (2015) ressalta que diferentes tradições de análise de classes não respondem exatamente à mesma pergunta: algumas privilegiam relações de exploração e controle, enquanto outras descrevem chances de vida e posições em mercados e organizações. Essa pluralidade não impede articulação, desde que se preserve a diferença entre medir distâncias distributivas e explicar as relações sociais que as produzem. No Brasil, a classificação ocupacional pode revelar trajetórias de ascensão e descenso, mas mudanças de nomenclatura de cargos ou de escolaridade exigida não implicam, necessariamente, alterações equivalentes na autonomia do trabalhador ou em seu poder de negociação. A sociedade digital adiciona atributos relevantes às posições, como domínio de sistemas e capacidade de circular em redes profissionais, sem abolir as formas clássicas de diferenciação material. A inovação analítica consiste em observar como essas dimensões se combinam em arranjos históricos concretos.

A abordagem dos capitais formulada por Bourdieu (1986) ajuda a explicar por que o mérito escolar e a aquisição individual de

competências não podem ser analisados isoladamente das condições sociais que os tornam possíveis. O capital econômico oferece segurança para assumir riscos e investir em formação; o capital cultural inclui disposições, conhecimentos e credenciais reconhecidos; e o capital social corresponde a recursos mobilizáveis em redes de relacionamento. A conversão entre essas formas é relevante para compreender trajetórias profissionais contemporâneas: famílias com meios financeiros podem fornecer equipamentos, cursos e experiências, enquanto redes profissionais ampliam o conhecimento de oportunidades e a possibilidade de recomendação. A formação digital, nesse contexto, não é uma mercadoria adquirida em condições idênticas por todos os estudantes, mas um processo situado em ambientes escolares e familiares diversos. Seria equivocado, porém, reduzir todas as diferenças à reprodução automática: políticas públicas, experiências coletivas, organizações locais e escolhas biográficas podem modificar percursos. O referencial permite, antes, formular a questão da desigualdade de condições para aproveitar oportunidades aparentemente abertas a todos e identificar como critérios institucionalmente valorizados podem favorecer quem já dispõe de vantagens acumuladas.

Mobilidade absoluta e mobilidade relativa constituem dimensões distintas, frequentemente confundidas no debate público. A primeira pode acompanhar mudanças observadas nas posições ocupacionais ou nos níveis de renda de uma geração em comparação com outra; a segunda examina quanto as chances de alcançar destinos sociais dependem da origem familiar. A expansão educacional pode permitir que mais pessoas alcancem escolaridade superior à de seus pais, sem que diferenças relativas entre origens privilegiadas e desfavorecidas desapareçam. O relatório da OCDE

sobre mobilidade social chama atenção para a persistência de barreiras ao deslocamento ascendente e para o papel das instituições na distribuição de oportunidades (OCDE, 2018). Na realidade brasileira, os levantamentos sobre mobilidade socio-ocupacional oferecem informações relevantes, mas demandam cautela sobre mudanças de estrutura ocupacional, coortes e classificações utilizadas (IBGE, 2017). A consequência metodológica é que nenhum único percentual de pobreza, renda ou acesso digital deve ser tomado como medida suficiente de abertura social. Uma análise robusta precisa considerar destinos, origens, duração das posições alcançadas e riscos de mobilidade descendente, sobretudo em contextos de instabilidade laboral.

A interpretação da precariedade acrescenta ao problema da classe a dimensão temporal dos vínculos e da proteção. Standing (2011) utiliza a noção de precariado para discutir insegurança ocupacional, instabilidade de renda e fragilidade de identidades profissionais, sugerindo que o trabalho não pode ser caracterizado somente por estar ou não empregado. A categoria tem utilidade heurística para observar riscos e experiências compartilhadas, mas não deve ser aplicada indiscriminadamente a trabalhadores com situações institucionais muito diferentes. Empregados formais de baixa remuneração, trabalhadores por conta própria, prestadores mediados por aplicativos e profissionais contratados temporariamente podem enfrentar vulnerabilidades distintas, que exigem medidas próprias. Além disso, ausência de proteção, baixa renda e jornada excessiva não são atributos necessários de todo trabalho flexível; dependem da regulação, da composição de custos, do setor e de alternativas de ocupação. A análise de estratificação necessita, portanto, combinar inserção ocupacional, estabilidade, cobertura previdenciária, autonomia efetiva e possibilidade de

progressão. Essa combinação impede tanto a idealização do emprego tradicional quanto a leitura do empreendedorismo individual como solução universal para desigualdades estruturais.

A desigualdade digital deve ser compreendida como processo de distribuição diferencial de oportunidades de acesso, aprendizagem e aproveitamento social de recursos tecnológicos. Van Dijk (2020) diferencia níveis de acesso e apropriação, permitindo observar que a presença de conexão é apenas uma condição inicial. Computadores disponíveis para atividades complexas, internet estável, ambientes adequados para estudo, competência informacional e conhecimento sobre segurança digital são recursos com relevância distinta do acesso eventual a aplicativos móveis. A desvantagem manifesta-se quando tarefas institucionais presumem condições que determinados grupos não possuem, como realizar inscrição em serviços, acompanhar seleções ou produzir documentos em plataformas pouco acessíveis. Há também desigualdades de resultado, uma vez que pessoas com competências semelhantes podem obter benefícios diferentes conforme redes profissionais, credenciais, território e oportunidades econômicas. O enfoque evita dois reducionismos: atribuir toda exclusão à falta de equipamento e supor que a circulação de informação, independentemente de sua qualidade e contexto, elimina assimetrias. Ele possibilita compreender a digitalização como dimensão incorporada às relações sociais, e não como esfera paralela às desigualdades tradicionais.

As interações entre classe, escolaridade, território, raça e gênero exigem leitura que evite explicações monocausais. A posição ocupacional influencia recursos para conectividade, mas o território também condiciona oferta de infraestrutura, deslocamentos e

custos de oportunidade, enquanto discriminações podem afetar recrutamento e valorização profissional. Tais dimensões não devem ser simplesmente somadas como se produzissem efeitos idênticos ou independentes: elas se combinam em trajetórias que variam conforme geração, setor e contexto institucional. A literatura sobre mobilidade socio-ocupacional brasileira, apoiada na PNAD 2014, examina justamente a relevância de marcadores como cor e migração na interpretação de deslocamentos de posição (IBGE, 2017). Contudo, achados daquele levantamento não podem ser transportados automaticamente para trabalhadores da economia de plataformas ou para crianças que ingressam agora na escola. Essa cautela reforça a necessidade de investigações longitudinais e desagregadas capazes de distinguir mecanismos e temporalidades. O conceito de estratificação, aplicado à sociedade contemporânea, conserva assim sua força explicativa ao incorporar novas tecnologias sem abandonar os determinantes históricos e institucionais da desigualdade brasileira.

4. TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO E EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

A transformação tecnológica do trabalho modifica a composição de tarefas e, por consequência, a distribuição de rendimentos e oportunidades. Autor (2015) argumenta que a automação costuma incidir sobre atividades específicas e que a complementaridade entre máquinas e trabalhadores também cria demandas novas, razão pela qual seus resultados não podem ser reduzidos a um balanço mecânico de empregos eliminados. A consequência distributiva depende de quem possui habilidades complementares, das instituições salariais e da possibilidade de qualificação ao longo da vida. Setores intensivos em conhecimento podem recompensar

competências especializadas, ao mesmo tempo que atividades presenciais e de serviço permanecem socialmente necessárias e muitas vezes recebem baixa remuneração. A diferenciação não acompanha necessariamente uma divisão simples entre escolarizados e não escolarizados, porque credenciais semelhantes podem ser valorizadas de modo desigual segundo organização produtiva e território. O ponto central é que a digitalização altera os critérios de acesso e progressão em ocupações, mas não determina seus efeitos distributivos de maneira uniforme. Programas de formação e políticas de desenvolvimento produtivo influenciam se ganhos de produtividade se traduzem em possibilidades amplas de ascensão ou ficam concentrados em segmentos já favorecidos.

O trabalho mediado por plataformas digitais apresenta uma configuração especialmente relevante por combinar infraestrutura tecnológica, regras de intermediação e formas de organização econômica. A PNAD Contínua investigou trabalhadores vinculados a determinadas modalidades de aplicativos, segundo recortes e populações definidos pelo IBGE, oferecendo informações para dimensionar um subconjunto concreto desse universo (IBGE, 2025b). A existência de mediação digital, porém, não é sinônimo de um único tipo contratual: transporte, entregas e prestação de serviços diferem em gastos operacionais, dependência de clientela, exposição a riscos e intensidade de trabalho. Em algumas situações, a flexibilidade de horários atende a necessidades reais; em outras, a remuneração incerta e a ausência de garantias restringem a capacidade de planejar despesas e investir em qualificação. Avaliar mobilidade exige observar renda líquida após custos, continuidade dos ganhos, contribuições previdenciárias, condições de saúde e possibilidade de mudança para atividades com melhores perspectivas. Sem essas dimensões, a simples contagem de

trabalhadores ou seu rendimento bruto pode produzir diagnósticos parciais sobre a inserção econômica e suas consequências sociais.

A gestão por sistemas digitais introduz critérios adicionais de avaliação e organização do trabalho, como reputação, tempo de resposta, disponibilidade e classificação automatizada. Esses mecanismos não devem ser confundidos, sem investigação, com decisões inteiramente autônomas dos algoritmos, uma vez que regras comerciais, desenho contratual e opções institucionais estão presentes em sua implementação. Ainda assim, a opacidade de determinados critérios pode ampliar assimetrias de informação entre empresas, consumidores e trabalhadores, dificultando contestação e planejamento profissional. A segmentação ocupacional pode ser reforçada quando pessoas em posições frágeis assumem custos de equipamentos, conexão, deslocamento e períodos de inatividade para permanecer economicamente visíveis. Por outro lado, plataformas podem ampliar acesso a demanda para prestadores antes restritos a mercados locais, de modo que o efeito líquido deve ser investigado em cada contexto. A contribuição da sociologia do trabalho é manter abertas essas possibilidades analíticas, avaliando poder de negociação e distribuição de riscos, em lugar de deduzir qualidade da ocupação apenas de sua interface digital. A transparência das regras e a proteção associada às atividades tornam-se, assim, dimensões relevantes da discussão distributiva.

A desigualdade digital manifesta-se de modo particular na transição da escola para o mercado de trabalho. Estudantes com acesso estável a equipamentos, orientação familiar e aprendizagem formal de competências digitais tendem a dispor de condições mais favoráveis para pesquisar trajetórias profissionais, realizar processos

seletivos e adquirir qualificações complementares. Essa proposição é coerente com o modelo multidimensional de Van Dijk (2020), mas não permite inferir que a tecnologia, isoladamente, produza melhores salários, pois os efeitos dependem também da qualidade escolar e da estrutura regional de empregos. Em comunidades com serviços digitais precários, o custo de realizar uma tarefa online inclui deslocamento, compartilhamento de equipamentos, aquisição de dados móveis e tempo de espera, dimensões raramente captadas por indicadores binários de conexão. Por essa razão, políticas de inclusão digital que se concentram na entrega de dispositivos ou na expansão de sinal são necessárias em alguns contextos, mas podem revelar-se insuficientes quando não enfrentam formação, acessibilidade, manutenção e apoio ao uso. O objetivo distributivo não deve ser simplesmente aumentar acessos contabilizados, mas ampliar possibilidades efetivas de participação educacional e econômica.

Os indicadores do IBGE sobre conectividade e os resultados da TIC Domicílios devem ser interpretados conforme seus desenhos de pesquisa. Na PNAD Contínua, a utilização da internet alcançou 93,6% dos domicílios brasileiros em 2024, segundo a definição empregada naquele levantamento (IBGE, 2025a). Já a TIC Domicílios 2024 identificou acesso à internet em 83% dos domicílios segundo sua própria metodologia (CGI.br, 2025). As medidas não são intercambiáveis: diferenças de questionário, conceitos e procedimentos impedem tratá-las como uma única série ou escolher arbitrariamente uma como expressão definitiva da situação nacional. Mais importante para a presente análise, nenhum dos percentuais informa por si só se o acesso permite assistir a aulas de forma estável, desenvolver atividades profissionais complexas, preservar dados pessoais ou realizar candidaturas a vagas. A

compreensão substantiva da desigualdade requer indicadores de qualidade, equipamentos, habilidades e usos socialmente significativos. A expansão quantitativa da conectividade constitui avanço relevante, mas não elimina as gradações de exclusão capazes de afetar trajetórias ocupacionais e oportunidades de mobilidade.

Em ambientes de contratação cada vez mais informatizados, a desigualdade digital também alcança a exposição a informações e a capacidade de demonstrar competências. Processos de seleção, currículos eletrônicos, portfólios, avaliações remotas e redes de relacionamento profissional favorecem indivíduos familiarizados com linguagens e convenções digitais. A vantagem não decorre apenas de saber operar programas, mas de conhecer quais credenciais são valorizadas e como apresentá-las em mercados específicos, o que aproxima desigualdade tecnológica de capital cultural e social (Bourdieu, 1986). Ao mesmo tempo, a ampliação de plataformas de aprendizagem e divulgação de oportunidades pode reduzir custos de informação para indivíduos historicamente distantes dos centros econômicos, sobretudo quando acompanhada de apoio pedagógico e acesso material suficiente. Essa ambivalência impede identificar o digital exclusivamente com exclusão ou democratização. O mecanismo decisivo é a distribuição das condições de apropriação: tempo, linguagem, credibilidade das fontes, acessibilidade e oportunidades reais de converter aprendizado em inserção profissional. A análise exige investigar quem alcança benefícios e quem permanece dependente de usos limitados, evitando confundir disponibilidade formal de recursos com possibilidade efetiva de utilizá-los.

As desigualdades territoriais ampliam a complexidade desses processos. Regiões metropolitanas concentram certos serviços,

universidades, infraestruturas de inovação e redes empresariais, mas também exibem desigualdades intraurbanas, custos elevados de moradia e segregação de oportunidades. Municípios rurais e localidades periféricas podem enfrentar alternativas ocupacionais mais restritas e custos maiores de conectividade, embora suas características sejam heterogêneas. A digitalização pode atenuar distâncias para algumas ocupações remotas e procedimentos administrativos, mas o efeito depende de redes físicas, energia, capacitação e mercado para a atividade oferecida. Não é adequado presumir que o teletrabalho esteja disponível a todos os setores ou que a migração para plataformas resolva problemas de desenvolvimento regional. A interpretação de mobilidade deve considerar deslocamentos, migração, composição familiar e serviços públicos, além do acesso ao mercado. Dessa forma, a capacidade de transformar conectividade em renda sustentável e progressão profissional continua articulada às condições territoriais e institucionais que determinam as oportunidades existentes antes mesmo da adoção de tecnologias digitais.

A recente discussão internacional sobre inteligência artificial reforça a necessidade de evitar determinismos tecnológicos. A Organização Internacional do Trabalho destaca que as consequências distributivas da digitalização dependem de infraestrutura, formação e criação de empregos de qualidade, além de reconhecer diferenças entre países e grupos de trabalhadores (OIT, 2025). Tecnologias capazes de auxiliar tarefas cognitivas podem aumentar produtividade em determinadas atividades, mas seus efeitos sobre remuneração, contratação e composição ocupacional dependem de decisões organizacionais e formas de regulação. Quando trabalhadores qualificados dispõem de maior capacidade de utilizar ferramentas complementares, ganhos podem se concentrar

inicialmente nos grupos com melhores recursos; contudo, políticas de difusão tecnológica e educação podem alterar esse resultado. A existência de riscos não autoriza previsões categóricas sobre desemprego ou mobilidade social em horizontes não observados. Para o Brasil, importa estudar setores, perfis de ocupação e condições de treinamento, em vez de importar cenários internacionais como se fossem projeções nacionais. A abordagem socialmente relevante examina quem controla a tecnologia, quem absorve custos de adaptação e como seus benefícios se distribuem.

5. RESULTADOS DA SÍNTESE E DISCUSSÃO CRÍTICA

A primeira convergência relevante da literatura consiste em reconhecer que desigualdade e mobilidade não são expressões equivalentes da mesma medida. A concentração contemporânea de renda pode diminuir sem que desapareçam barreiras de origem ao acesso a ocupações de prestígio ou patrimônio, e uma mudança de posição ocupacional pode ocorrer sem melhoria proporcional de bem-estar. Os resultados oficiais de rendimentos ajudam a identificar variações distributivas, mas seu uso para afirmar transformações intergeracionais exige fontes que acompanhem origens e destinos. O IBGE registrou, para 2024, índice de Gini do rendimento domiciliar per capita de todas as fontes de 0,506 na série de seu levantamento correspondente, indicador que demanda interpretação conforme a definição adotada (IBGE, 2025c). A evolução desse indicador é substantiva para avaliar distribuição monetária, porém não demonstra quanto filhos de famílias de baixa renda conseguem superar condicionantes de origem no acesso a posições sociais. Essa distinção não desvaloriza avanços distributivos observados; ela evita que resultados conjunturais sejam

transformados em conclusões sobre um processo de longo prazo que não foi diretamente medido.

Uma segunda convergência aparece na literatura que associa desigualdade de oportunidades à distribuição diferenciada de recursos acumulados. O esquema de capitais de Bourdieu (1986) e a análise de barreiras à mobilidade discutida pela OCDE (2018) permitem compreender como heranças materiais e culturais influenciam condições de formação e redes de inserção, mesmo quando sistemas educacionais e mercados de trabalho formalmente admitem todos os candidatos. Isso não torna trajetórias individuais irrelevantes, nem autoriza reduzir cada resultado à posição dos pais; evidencia, antes, que esforços semelhantes podem enfrentar custos, riscos e expectativas desiguais. No cenário digital, essa assimetria ganha manifestações específicas: equipamentos, ambientes de estudo, orientação sobre plataformas e domínio das linguagens de recrutamento podem ser convertidos em vantagem acumulativa. O ponto de tensão está em identificar o peso empírico de cada componente, tarefa que requer dados individuais e desenhos apropriados. Como a revisão presente não dispõe desse material, sua contribuição permanece analítica, ao demonstrar a plausibilidade de mecanismos articulados e a inadequação de explicações que isolam conectividade, escolaridade ou determinação individual como causa suficiente da mobilidade.

As abordagens sobre automação e precariedade convergem ao reconhecer mudanças profundas no trabalho, mas divergem quanto ao modo de caracterizar seus efeitos sociais. Autor (2015) enfatiza o caráter heterogêneo da reorganização de tarefas e a complementaridade possível entre tecnologias e trabalho humano; Standing (2011) concentra a atenção nas experiências de

instabilidade, perda de segurança e fragilidade da posição profissional. As perspectivas podem iluminar dimensões complementares, desde que não se confunda mudança tecnológica com deterioração necessária de toda relação de emprego. Uma ocupação pode ganhar produtividade e ainda apresentar riscos maiores para trabalhadores sem proteção; outra pode oferecer novas oportunidades de qualificação e progressão. A discussão brasileira sobre trabalhadores mediados por aplicativos exige exatamente esse exame diferenciado, pois situações de autonomia, custos, proteção e dependência variam conforme serviço e contexto. O resultado da síntese não é uma avaliação uniforme de plataformas, mas a identificação de mecanismos cuja direção depende da regulação, da organização do mercado e das alternativas laborais. Para políticas públicas, o ganho consiste em formular diagnósticos por condição de trabalho e risco, em vez de tratar toda atividade digital como um setor homogêneo.

A comparação entre dados de conectividade e a teoria das desigualdades digitais revela outra convergência: o acesso material constitui condição importante, mas insuficiente para assegurar inclusão substantiva. Van Dijk (2020) esclarece a passagem do acesso à capacidade de uso e aos benefícios sociais resultantes, enquanto as pesquisas do IBGE e do CGI.br/NIC.br evidenciam a importância de diferentes recortes e definições (IBGE, 2025a; CGI.br, 2025). Assim, taxas crescentes de domicílios conectados devem ser celebradas como ampliação de infraestrutura e oportunidade, sem presumir que seus membros dispõem de computador, habilidades avançadas ou participação igualitária no mercado digital. A própria diversidade de indicadores recomenda abandonar a ideia de um único marcador capaz de sintetizar a exclusão. Nas decisões educacionais, isso significa examinar não apenas a entrega de

conectividade, mas a efetiva possibilidade de produzir textos, realizar pesquisas confiáveis, participar de atividades remotas e desenvolver competências transferíveis para diferentes contextos profissionais. Em termos distributivos, uma política de acesso pode reduzir uma barreira específica e ainda deixar intactas outras que limitam os retornos ocupacionais das tecnologias.

Um resultado transversal da discussão é que o mercado de trabalho e o sistema educacional não operam como mecanismos separados de seleção. A escola distribui conhecimentos e credenciais que influenciam chances ocupacionais, mas os retornos dessas credenciais dependem da estrutura de empregos, da discriminação e do poder de negociação de trabalhadores. A expansão de cursos, por si, não garante vagas compatíveis ou progressão salarial, assim como a geração de postos de trabalho não supera desigualdades educativas anteriores. A mediação digital atravessa ambas as instituições: transforma práticas pedagógicas e exige novas competências no emprego, mas seus efeitos são socialmente filtrados por recursos de origem. Uma interpretação baseada exclusivamente no esforço individual tende a ocultar essa interdependência, enquanto outra que trate os sujeitos como totalmente determinados pelas estruturas despreza experiências de superação e organização coletiva. A síntese sugere compreender mobilidade como fenômeno relacional, dependente da distribuição de posições e das oportunidades de acessá-las. Pesquisas futuras precisam acompanhar transições entre escola e trabalho, observando duração, qualidade e estabilidade de empregos, além das condições tecnológicas efetivamente mobilizadas.

A desigualdade territorial deve ser interpretada como condicionante das trajetórias de mobilidade, e não como simples característica

geográfica. Infraestruturas de transporte, oferta de ensino, acesso à saúde, concentração de empregos e conectividade definem custos cotidianos para investir em formação e procurar melhores posições. Desigualdades entre centros urbanos e localidades mais afastadas interagem com diferenças internas a cada território, impossibilitando classificar regiões inteiras como homogêneas. A expansão de serviços digitais pode facilitar acesso administrativo ou educacional, mas também transferir custos às famílias quando procedimentos passam a presumir dispositivos e competências inexistentes. A literatura permite formular a hipótese de que a qualidade da infraestrutura modifica os retornos de investimentos individuais em escolaridade, porém não quantifica tal efeito no presente estudo. Uma consequência prática é articular políticas de conectividade com serviços públicos presenciais acessíveis, programas de formação e estratégias de desenvolvimento regional. Isso reduz o risco de converter ferramentas concebidas para universalizar direitos em novos filtros de participação para populações que já enfrentam barreiras materiais e institucionais.

A análise crítica também exige considerar o problema dos indicadores utilizados nas narrativas sobre desigualdade contemporânea. Rendimento domiciliar, taxas de ocupação, proporção de pessoas conectadas e matrizes de mobilidade têm universos estatísticos e finalidades diferentes; não devem ser combinados como se descrevessem o mesmo conjunto de indivíduos. Mesmo dentro de uma pesquisa, comparações históricas podem ser afetadas por alterações metodológicas, formas de classificação ou reponderações amostrais, razões pelas quais os metadados são parte indispensável da interpretação. A mobilidade intergeracional demanda informações vinculadas à origem familiar e ao destino alcançado, ao passo que oscilações trimestrais da

ocupação expressam dinâmicas conjunturais. Essa diferença é particularmente relevante em períodos de mudanças tecnológicas rápidas, quando expectativas de transformação social podem superar a disponibilidade de evidências longitudinais. Uma postura acadêmica rigorosa não precisa reduzir a importância de processos emergentes; deve apenas afirmar com precisão aquilo que as fontes demonstram. Nessa perspectiva, a ausência de estimação causal própria é um limite declarado, não uma lacuna a ser preenchida por porcentagens especulativas.

Os efeitos das políticas sociais integram o debate porque rendimentos, segurança econômica e acesso a serviços influenciam a capacidade das famílias de lidar com transições tecnológicas e ocupacionais. Proteção de renda pode reduzir a urgência de aceitar trabalhos em condições desfavoráveis e permitir continuidade de estudos, mas seu impacto depende de desenho institucional, cobertura e interação com oportunidades de emprego. Iniciativas de educação profissional e inclusão digital podem ampliar possibilidades de acesso a vagas, embora resultados dependam de qualidade do ensino e demanda regional. Políticas de redução da discriminação e de equidade territorial enfrentam barreiras que não são superadas por capacitação individual. A literatura analisada não sustenta uma hierarquia universal entre essas medidas, pois seus efeitos variam conforme grupos e contextos. Sustenta, porém, a necessidade de evitar soluções isoladas baseadas na suposição de que apenas fornecer conexão ou estimular empreendedorismo seja suficiente para corrigir processos históricos de estratificação. A coordenação entre instituições importa justamente porque as desvantagens examinadas se reforçam mutuamente.

Por fim, o diálogo entre teorias clássicas de classe e estudos digitais demonstra que a reconfiguração da desigualdade não equivale ao desaparecimento de hierarquias anteriores. Patrimônio, escolarização, redes sociais e poder organizacional continuam decisivos, embora as tecnologias criem novas formas de intermediação, seleção e valorização de competências (Bourdieu, 1986; Wright, 2015; Van Dijk, 2020). A diferença contemporânea reside na velocidade com que determinadas atividades passam a exigir recursos informacionais e na possibilidade de que novas estruturas ampliem tanto oportunidades quanto assimetrias. A interpretação exige evitar linguagem determinista: o avanço digital pode facilitar acesso a conhecimentos e mercados, mas não assegura rendimentos elevados, estabilidade ocupacional ou independência das condições familiares. Também seria incorreto deduzir imobilidade absoluta a partir da persistência de desigualdades, pois trajetórias individuais e mudanças estruturais permanecem possíveis. A contribuição central da síntese consiste em organizar essas tensões e propor uma leitura integrada, na qual mobilidade é resultado histórico e institucional de oportunidades efetivas, não mera expressão de acesso tecnológico ou disposição individual.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite compreender a reconfiguração das desigualdades sociais brasileiras como processo de articulação entre continuidades históricas e transformações contemporâneas, em vez de ruptura integral com os padrões de estratificação anteriores. As mudanças do trabalho e a disseminação de tecnologias digitais modificam instrumentos de recrutamento, formas de organização econômica, exigências de qualificação e possibilidades de circulação

de informações, mas não eliminam automaticamente a desigualdade patrimonial, as vantagens de origem e as diferenças territoriais. Ao contrário, essas estruturas podem influenciar decisivamente quem consegue transformar inovação em benefício e quem assume custos adicionais para participar de atividades consideradas modernas. O diálogo entre Bourdieu (1986), Wright (2015) e Van Dijk (2020) sustenta uma interpretação relacional da desigualdade, na qual posições de classe, capitais e capacidades digitais se reforçam ou se limitam segundo condições sociais específicas. Desse modo, não se conclui que a digitalização seja intrinsecamente emancipadora ou necessariamente excludente; conclui-se que seus efeitos sobre oportunidades dependem das instituições que distribuem recursos, reconhecem competências e organizam relações de trabalho. Essa distinção é indispensável para evitar tanto o entusiasmo tecnológico descontextualizado quanto o diagnóstico de imobilidade social inevitável, abrindo espaço para pesquisas e intervenções que identifiquem os mecanismos concretos responsáveis por ampliar ou restringir trajetórias de ascensão.

No plano do trabalho, a principal implicação está em reconhecer que alterações tecnológicas não devem ser avaliadas exclusivamente pela quantidade de postos criados ou substituídos, uma vez que a qualidade das ocupações e a distribuição de riscos constituem dimensões centrais da estratificação. A literatura sobre automação evidencia reorganizações diferenciadas de tarefas e possibilidades de complementaridade, enquanto o debate sobre precariedade adverte que vínculos instáveis e proteção insuficiente podem comprometer a construção de trajetórias sustentáveis (Autor, 2015; Standing, 2011). A mediação por plataformas amplia a necessidade de examinar autonomia efetiva, renda líquida, custos

de equipamento e deslocamento, previsibilidade da remuneração e capacidade de transitar para posições valorizadas. Nenhum desses atributos pode ser inferido apenas da presença de um aplicativo, e os dados oficiais precisam ser lidos segundo suas definições e populações de referência. Para a mobilidade social, a questão decisiva não é simplesmente ingressar em uma atividade remunerada, mas poder transformar essa inserção em segurança, qualificação, direitos e oportunidades futuras. Ao incorporar essa dimensão temporal, a análise supera a oposição simplista entre emprego tradicional e inovação tecnológica e recoloca a organização do trabalho no centro do debate sobre possibilidades reais de ascensão.

A exclusão digital revelou-se fenômeno multidimensional, cujo enfrentamento não se esgota na instalação de redes ou no aumento da proporção de domicílios conectados. A disponibilidade de infraestrutura é componente indispensável, mas sua conversão em oportunidades depende da qualidade dos dispositivos, da estabilidade da conexão, das competências informacionais, da acessibilidade dos sistemas e da existência de atividades educacionais e econômicas capazes de valorizar essas competências. Os levantamentos institucionais mostram a relevância de avanços de cobertura, mas também demonstram a necessidade de respeitar diferenças metodológicas entre medidas de uso e acesso (IBGE, 2025a; CGI.br, 2025). A interpretação inspirada em Van Dijk (2020) permite compreender por que indivíduos formalmente conectados continuam enfrentando obstáculos distintos para estudar, candidatar-se a vagas, desenvolver trabalho remoto ou acessar direitos. A mobilidade social dependerá menos de um indicador isolado de conectividade do que da capacidade de ampliar benefícios concretos para grupos historicamente

desfavorecidos. Por isso, programas de inclusão digital devem articular infraestrutura, formação continuada, equipamentos adequados e apoio ao uso, evitando transferir aos indivíduos a responsabilidade exclusiva por superar barreiras produzidas por condições coletivas de desigualdade.

A discussão sobre mobilidade demonstrou que avanços distributivos de curto prazo e mudanças intergeracionais devem permanecer analiticamente separados, ainda que possam se relacionar. A variação de rendimentos e de desigualdade monetária descreve transformações relevantes nas condições presentes de vida, mas não oferece, por si só, uma medida das chances relativas de pessoas de diferentes origens alcançarem posições valorizadas. Da mesma forma, a elevação de escolaridade ou a passagem para outra ocupação não assegura estabilidade econômica, ampliação de patrimônio ou autonomia social duradoura. A literatura sobre mobilidade exige acompanhar origens familiares, destinos, alterações da estrutura ocupacional e riscos de descenso ao longo do tempo (OCDE, 2018; IBGE, 2017). Essa exigência é particularmente importante para a sociedade brasileira, marcada pela coexistência de oportunidades novas e hierarquias persistentes. As transformações digitais podem alterar percursos individuais, mas ainda são necessários estudos longitudinais para estimar seu peso específico na mobilidade contemporânea, em interação com renda familiar, escolarização, discriminação e local de residência. A prudência diante dessas lacunas não diminui a relevância da questão; orienta a produção de evidências mais adequadas às decisões públicas.

A interdependência entre educação e trabalho constitui outra conclusão de alcance substantivo, pois a formação de competências

tecnológicas somente se traduz em mobilidade quando encontra condições institucionais e econômicas para ser valorizada. A ampliação de acesso escolar e digital pode reduzir barreiras importantes, mas seus retornos permanecem condicionados à qualidade do ensino, à disponibilidade de ocupações, à organização dos mercados e às redes sociais utilizadas nos processos de seleção. O reconhecimento dessa interdependência evita atribuir ao indivíduo, de forma isolada, responsabilidade por trajetórias condicionadas por desigualdades acumuladas. Ao mesmo tempo, preserva a importância da agência e das escolhas pessoais, que operam em ambientes socialmente diferenciados e podem produzir resultados variados. A teoria dos capitais de Bourdieu (1986) é particularmente útil para compreender por que condições materiais e redes de apoio afetam a capacidade de aproveitar oportunidades educacionais semelhantes. Para políticas públicas, isso implica articular qualificação a estratégias de inserção produtiva, proteção social e valorização do trabalho, inclusive em territórios onde a oferta de empregos é restrita. A formação digital, nesse contexto, deve ser pensada como direito associado a condições reais de participação, e não como promessa abstrata de superação automática da desigualdade.

O recorte territorial e a heterogeneidade social do Brasil exigem que qualquer proposta de enfrentamento da desigualdade evite soluções uniformes aplicadas a realidades muito diferentes. Conectividade, transporte, serviços públicos, qualidade escolar, mercado de trabalho e redes de proteção combinam-se de maneira particular em regiões metropolitanas, cidades intermediárias, áreas rurais e localidades periféricas. Mesmo dentro desses espaços, diferenças de classe, raça, gênero, geração e condições familiares podem produzir obstáculos específicos, que não aparecem

integralmente em médias nacionais. A expansão de serviços digitais é potencialmente relevante para ampliar acesso à informação e reduzir alguns custos de deslocamento, mas pode criar barreiras quando políticas administrativas passam a presumir competências e equipamentos que não estão universalizados. A análise conduz, portanto, à defesa de políticas territorialmente informadas, acompanhadas de indicadores desagregados e mecanismos presenciais de atendimento quando necessários. Não se trata de opor modernização e inclusão, mas de subordinar a inovação a finalidades públicas verificáveis. A capacidade de assegurar resultados socialmente relevantes depende da escuta dos grupos afetados e da avaliação de usos concretos, não apenas da contabilização de sistemas implantados ou conexões disponibilizadas.

A articulação de políticas de trabalho, educação, conectividade e proteção social aparece como implicação transversal da revisão, pois nenhum desses campos atua isoladamente sobre a reprodução de desvantagens. A proteção de rendimentos pode oferecer condições para investir em qualificação; serviços educacionais consistentes podem ampliar competências; infraestrutura digital adequada pode facilitar acesso a oportunidades; e instituições laborais capazes de reduzir assimetrias podem melhorar a qualidade de ocupações existentes. Contudo, essas relações não são automáticas nem constituem prova de que uma combinação específica produza o mesmo efeito em todos os territórios. Seu desenho requer diagnósticos locais, avaliação longitudinal e transparência sobre resultados pretendidos, custos e efeitos distributivos. A literatura analisada oferece fundamentos para reconhecer que políticas centradas exclusivamente na responsabilização individual tendem a subestimar barreiras materiais e organizacionais, enquanto

intervenções desvinculadas da estrutura ocupacional podem produzir credenciais sem oportunidades correspondentes. Em vez de anunciar uma solução única, recomenda-se conceber a mobilidade como objetivo de políticas coordenadas de ampliação de capacidades, redução de riscos e abertura de possibilidades efetivas de progressão. Esse horizonte preserva a distinção entre orientações normativas e resultados empíricos demonstrados.

Por fim, a contribuição desta revisão consiste em organizar uma interpretação integrada da desigualdade brasileira sem atribuir à literatura evidências mais fortes do que ela pode sustentar. O estudo não executou triagem bibliográfica exaustiva, metanálise, reprocessamento de microdados ou acompanhamento de trajetórias familiares, razão pela qual suas conclusões são analíticas e não estimativas causais dos efeitos da digitalização sobre mobilidade. Essa delimitação impede afirmar, com base nas fontes examinadas, que determinada proporção de ascensão ou descenso social resulte diretamente de aplicativos, automação ou conectividade. Como agenda de pesquisa, tornam-se especialmente relevantes estudos longitudinais sobre trajetórias ocupacionais, avaliações do acesso digital significativo e investigações capazes de distinguir efeitos de origem familiar, qualificação, território e instituições do mercado de trabalho. Também merece atenção o desenvolvimento de indicadores que articulem estabilidade, rendimentos líquidos, proteção, autonomia e oportunidades de progressão. A compreensão das desigualdades contemporâneas depende, em última instância, de reconhecer que tecnologias e formas de trabalho se inserem em relações sociais historicamente produzidas. Quando investigadas com precisão conceitual e evidências adequadas, essas relações oferecem bases mais

consistentes para pensar mobilidade social, cidadania e redução sustentável das disparidades no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTOR, David H. Why are there still so many jobs? The history and future of workplace automation. Journal of Economic Perspectives, v. 29, n. 3, p. 3-30, 2015. DOI: https://doi.org/10.1257/jep.29.3.3.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, John G. (ed.). Handbook of theory and research for the sociology of education. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2024. São Paulo: NIC.br, 2025. Disponível em: https://www.nic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512120132/tic_domicilios_2024_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 20 nov. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: mobilidade sócio-ocupacional 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf. Acesso em: 20 nov. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Contínua: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivo

s/7552c746f69b9cb9b436b44bdce6b60a.pdf. Acesso em: 20 nov. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Contínua: rendimento de todas as fontes 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2025c. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html. Acesso em: 20 nov. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Contínua: trabalho por meio de plataformas digitais 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2025b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html. Acesso em: 20 nov. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Bridging the digital divide. Genebra: OIT, 2025. Disponível em: https://www.ilo.org/publications/bridging-digital-divide. Acesso em: 20 nov. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). A broken social elevator? How to promote social mobility. Paris: OECD Publishing, 2018. DOI: https://doi.org/10.1787/9789264301085-en.

PAGE, Matthew J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ, v. 372, n. 71, 2021. DOI: https://doi.org/10.1136/bmj.n71.

STANDING, Guy. The precariat: the new dangerous class. London: Bloomsbury Academic, 2011.

VAN DIJK, Jan A. G. M. The digital divide. Cambridge: Polity Press, 2020.

WRIGHT, Erik Olin. Understanding class. London: Verso, 2015.

---

[1] Mestrado em Educação — Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Especialização em Filosofia — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Especialização em Educação Especial e Inclusiva: Múltiplas Deficiências — FACSM. Especialização em Tópicos de Filosofia — UNIVAG; Licenciatura em Pedagogia — UCDB. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9131-4416. Lattes: https://lattes.cnpq.br/1294636671096024. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.